

40º Encontro Anual da ANPOCS

SPG23: Perspectivas etnográficas sobre a economia

Experimentando a mobilidade social: novas inserções no mundo do trabalho e as dinâmicas sociais na periferia de São Paulo

Leonardo de Oliveira Fontes (IESP/UERJ)

Resumo

Este artigo pretende trazer uma perspectiva etnográfica do processo de mobilidade social no Brasil na última década. Partindo da polêmica em torno do surgimento de uma “nova classe média” ou de uma “nova classe trabalhadora”, buscaremos compreender como esse processo de ascensão foi experienciado por moradores de dois bairros periféricos de São Paulo. Para tanto, serão apresentadas as trajetórias de diferentes pessoas e famílias que habitam a periferia de São Paulo. A diversidade de experiências e trajetórias é um traço marcante nesse processo. Assim, o objetivo será apresentar diferentes possibilidades de inserção econômica e as consequências políticas e sociais desse fenômeno a partir de sua confluência com a sociabilidade cotidiana dos moradores dessas regiões. Alternativamente à ideia do surgimento de uma nova classe e a partir das contradições internas a este processo, este trabalho sugere tratar esse grupo social como parte integrante das classes populares brasileiras o que guarda suas heterogeneidades internas ao mesmo tempo em que apresenta alguns elementos de coesão histórica em termos de identidade e mobilização política e social.

Introdução

Este artigo tem o intuito de contribuir para dar concretude sociológica ao processo de mobilidade social que ocorreu no Brasil na última década. O objetivo é apresentar trajetórias de pessoas e famílias que habitam a periferia de São Paulo e vivenciaram de distintas maneiras esse processo, indo além da mera inserção econômica das pessoas, apontando, com isso, para questões culturais e políticas que dialoguem com a formação de sujeitos políticos enquanto classes sociais.

Os dados que serão apresentados são parte de uma pesquisa de doutorado que está em andamento e que tem por objetivo compreender o sentido da inclusão social ocorrida no Brasil nos últimos anos, com foco na cidade de São Paulo. Dois elementos são relevantes na formulação dessa pesquisa, de um lado, compreende-se que, apesar das mudanças observadas no país na última década, a estrutura de segregação residencial nas regiões urbanas sofreu poucas alterações (ver Marques, 2015 e Fontes, 2015), por outro, é importante destacar que se trata de um processo de inclusão majoritariamente desenvolvido por meio do aumento da renda e do acesso a bens de consumo e não pela garantia de direitos.

As regiões onde se desenvolve a pesquisa de campo foram selecionadas a partir de análises georreferenciadas com base nos dados dos censos de 2000 e de 2010 para a região metropolitana de São Paulo. Assim, os distritos do Jardim Ângela na região sul da cidade e Brasilândia, na norte, foram os escolhidos. Ambas as regiões estão situadas na periferia consolidada da cidade e tiveram um aumento expressivo de moradores situados nos extratos intermediário de renda, definido segundo critérios de vulnerabilidade social (ver SAE, 2012).

Buscamos combinar uma série de recursos metodológicos com o objetivo de compreendermos o fenômeno estudado em suas várias dimensões. Assim, iniciamos a pesquisa aplicando um survey nas regiões selecionadas, com aproximadamente 400 entrevistas divididas entre os dois distritos. Em seguida, iniciamos um processo de coleta de dados qualitativos, que durou aproximadamente um ano. Nesse período, realizamos cerca de 70 entrevistas semiestruturadas e observações participantes em espaços de sociabilidade e organização política e social dos moradores dessas regiões, como bares, igrejas, saraus de poesia, escolas ocupadas, audiências públicas, espaços de participação social, ONGs, entre outros.

Assim, o objetivo deste artigo é buscar dar concretude aos elementos de continuidade e ruptura tanto em termos de inserção econômica das pessoas que lograram algum grau de mobilidade social na última década, quanto no que se refere à sociabilidade no nível de casa e da vizinhança e, dessa forma, compreender as subjetividades possíveis¹ que surgiram no decorrer deste processo. A partir disso, acreditamos que podemos contribuir para o debate a respeito do surgimento de uma nova classe ou um novo agrupamento social no Brasil.

Este texto se divide em seis partes, além desta introdução. Na seção seguinte, faremos um breve resumo do debate recente em torno do surgimento de uma nova classe no Brasil a partir desse processo de mobilidade social. Em seguida, buscaremos identificar os principais traços que marcam esse processo em termos quantitativos, isto é, em quais aspectos a mobilidade social recente alterou a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e trouxe novas possibilidades de inserção econômica para as pessoas.

¹ A ideia de subjetividades possíveis que apresento aqui é inspirada na formulação de Lucien Goldman (1980). O autor parte do conceito de *consciência adjudicada* de Lukács (2003) para elaborar o conceito de

Na quarta parte passaremos a dar concretude etnográfica a esse processo descrito em termos quantitativos, explorando algumas das possibilidades de inserção econômica que têm sido experimentadas pelos moradores das periferias de São Paulo.

Na quinta seção tentaremos mostrar as contradições internas do processo em análise apontando, de um lado, para o surgimento de um *habitus* de classe média entre os moradores da periferia que lograram alguma ascensão social e, de outro, o surgimento de uma cultura periférica que, complementada por uma *disposição de luta*, explorada na parte seguinte, pode apontar para o surgimento de novos sujeitos políticos.

Finalmente, nas considerações finais, retomaremos o debate em torno do surgimento de uma nova classe – média ou trabalhadora – para sugerir que esses novos sujeitos são tributários de uma tradição de luta, organização e inserção econômica do que convencionou-se chamar no Brasil de classes populares. Adicionalmente, sugerimos que a ideia de *classes populares periféricas* seria mais adequado para tratar dessa fração da sociedade, uma vez que o fato de ser morador da periferia é cada vez mais importante para a constituição da identidade e da subjetividade desses sujeitos.

Nova classe média ou nova classe trabalhadora?

No fim da década de 2000, quando tem início a recente crise econômica mundial, o Brasil atingia o auge de um processo de crescimento econômico que vinha acompanhado de um intenso processo de inclusão social, redução das desigualdades de renda e melhoria do padrão de vida geral da população².

Nesse momento, tem início um debate, a partir da publicação de um estudo do economista Marcelo Neri, a respeito do surgimento de um “nova classe média” no Brasil. Partindo de critérios utilizados em pesquisas de mercado, Neri situa o que ele denomina de “classe C”, na faixa entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos “na virada do século”, fazendo, a partir disso, um corte de renda que indicaria quem está dentro ou fora de uma classe. Em sua perspectiva, “a classe C auferiria a renda média da sociedade, ou seja, seria a classe média em sentido estatístico”, sendo assim “a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira” (Neri, 2010, p. 29). Na medida em que, no fim da primeira década do século XXI, mais da metade da população passou a pertencer à

² Movimentos de inclusão social e quedas da desigualdade podem ser observados desde a estabilização econômica ainda nos anos 1990. O índice de Gini medido pela renda domiciliar per capita, principal índice usado para medir a desigualdade de renda, atinge seu auge, no Brasil, em 1990 (0,607), a partir de então o índice começa a cair, chegando a 0,594 em 2000. Contudo, ao longo dessa década essa queda se acelera, atingindo 0,537 em 2011 e 0,522 em 2013.

“classe C”, devido a esse movimento de mobilidade social, Neri defende que o Brasil estaria se tornando um país de classe média.

A partir da grande repercussão midiática dessas teses, tem início um intenso debate acadêmico a esse respeito. O também economista Márcio Pochmann argumenta que a maioria dos novos postos de trabalho gerados no país nos últimos anos estariam concentrados na base da pirâmide social, isto é, com rendimentos de até um salário mínimo e meio. Com isso, ele afirma que este grupo que melhorou de vida nos últimos anos não poderia ser classificado como uma “nova classe média”. Para Pochmann, tratar-se, na realidade da “recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo” (Pochmann, 2013, p. 75), o que não teria alterado seu status em termos relativos na estrutura social brasileira. Pochmann irá dizer, então, que, de acordo com a literatura internacional sobre o tema, deveríamos conceituá-la como uma “nova classe trabalhadora”.

Scalon e Salata (2012) apontam que, nos últimos anos, poucas foram as alterações apresentadas no que se refere à estrutura sócio-ocupacional do país. Por outro lado, os autores observam que quase todas as classes apresentaram aumento nos seus rendimentos no período analisado, com destaque para aqueles localizados na metade inferior da estrutura social. Desse modo, para eles, ao invés de falarmos de uma nova classe média o mais adequado seria dizer que “uma parcela da classe trabalhadora [...] em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias.” (Scalon & Salata, 2012, p. 404).

Além disso, os autores analisam a composição da chamada “classe C” de Neri e notam uma grande heterogeneidade em termos das categorias profissionais a que pertencem as pessoas desse grupo, sendo possível encontrar “desde profissionais e administradores até trabalhadores não qualificados e setores rurais, passando por pequenos proprietários, trabalhadores qualificados e não manuais de rotina”. (Scalon & Salata, 2012, p. 403).

No campo dos estudos qualitativos, Jesse Souza (2012) faz uso de um arsenal teórico bourdieusiano e de uma série de estudos de caso específicos para definir esse grupo que logrou ascender socialmente como “batalhadores”, parte de uma “nova classe trabalhadora”. Esse grupo teria como característica fundamental a obtenção de um tipo de capital específico que a diferenciaria das classes altas – portadoras de capital econômico – e das tradicionais classes médias – portadoras de capital cultural. Souza

cria, então, o conceito de “capital familiar”, que se expressaria na incorporação, por meio de exemplos e valores, de uma ética do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas.

Além disso, na visão dos autores que colaboram nos estudos de Souza, a dimensão religiosa exerceria papel fundamental na ascensão dessa “classe”, seja por meio do “catolicismo popular” (Medeiros, 2012) ou do pentecostalismo (Arenari & Torres, 2012), na medida em que atuam de maneira decisiva na incorporação dessas disposições típicas do “capital familiar”.

Por outro lado, partindo de uma perspectiva da sociologia marxista do trabalho, Ruy Braga (2013, 2013a) destaca as frustrações que esses trabalhadores encontram ao não verem suas expectativas de ascensão social e melhoria na qualidade de vida atendidas. Braga afirma que muitos trabalhadores procuram emprego no setor de telemarketing em busca de uma oportunidade de trabalho formalizado e da possibilidade de incremento na sua formação concluindo um curso superior no período noturno, graças a jornada fixa de trabalho que passam a usufruir, mas se decepcionam com as jornadas exaustivas, o baixo retorno financeiro e as má qualidade dos serviços públicos. O autor chama esse setor da sociedade brasileira de “precarizado”, definindo-o como uma

massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores subremunerados (Braga, 2013a).

Dessa forma, diversas nomenclaturas e conceitos foram operacionalizados no intuito de traduzir teoricamente esse fenômeno de mobilidade social pelo qual o país passou nos últimos anos. Em comum, esses autores buscam ressaltar o ineditismo desse processo na história recente do Brasil. Por outro lado, muito pouca atenção tem sido dada às mudanças e continuidade no que se refere aos processos de sociabilidade primária e na luta política por direitos e cidadania e mesmo na experiência concreta diante das novas oportunidades de inserção produtiva. A seguir buscaremos identificar os traços gerais que marcam essa mobilidade social em termos quantitativos para então adentrarmos na pesquisa etnográfica propriamente.

O que sabemos sobre a mobilidade social recente no Brasil?

Resumindo um longo debate em poucas linhas, a bibliografia a respeito da mobilidade social recente no Brasil nos permite traçar alguns elementos principais desse processo de relativa melhora nos níveis de renda, que permitiu que pessoas antes

enquadradas abaixo da linha da pobreza ou em níveis de extrema vulnerabilidade atingissem um patamar intermediário em seus rendimentos familiares. Esses ganhos ocorreram sobretudo devido ao aumento da formalização do emprego, aumento do salário mínimo e do acesso ao crédito pela população de baixa renda (Neri 2008 e 2010).

De acordo com Carvalhaes et. al. (2014) teria ocorrido, na década de 2000, um processo de transferência de trabalhadores para ocupações e setores em que a remuneração é mais alta, e simultaneamente teria ocorrido uma redução do tamanho das ocupações de mais baixo nível salarial. Com isso, a redistribuição dos postos de trabalho no Brasil seria responsável por cerca de 20% da queda das desigualdades no período 2002 a 2012.

Por outro lado, no que se refere à “situação de classe” avaliada em termos de categoriais ocupacionais, a participação relativa dos grupos na estrutura social não teria sofrido grandes modificações entre 2002 e 2009 (Scalon e Salata, 2012). Tendo ocorrido, contudo, um aumento no rendimento de todas as classes analisadas nesse período, com maior destaque para aqueles localizados na metade inferior da estrutura social, aproximando-os dos estratos intermediários. Bastante significativa, no entanto, foram os aumentos em termos educacionais da força de trabalho nesse período, o que acabou por reduzir os retornos salariais para os profissionais mais qualificados. Ao mesmo tempo, os menos escolarizados puderam auferir ganhos maiores. (Souza & Carvalhaes, 2014).

Em suma, é possível afirmar que, de um lado, cresceu de forma significativa a formalização no mercado de trabalho e ocorreram poucas mudanças em termos de distribuição das categorias sócio-profissionais, permanecendo uma barreira para a entrada de pessoas nas profissões de maior prestígio e maiores salários (Ribeiro, 2014). De outro lado, observa-se que a renda média das classes mais baixas cresceu mais que a das mais altas, ou seja, houve uma redução relativa da desigualdade entre essas categorias. Finalmente, cumpre destacar que a escolaridade cresceu de forma expressiva, aumentando o número de pessoas com ensino médio e superior, o que provocou um redução nos salários médios daqueles que possuem mais anos de estudo.

Esse mesmo quadro geral pode ser observado nas duas regiões da periferia de São Paulo em que essa pesquisa tem lugar. Os dados do Censo de 2000 e de 2010 e nosso survey revelaram que a maioria absoluta das pessoas em ambos os distritos situa-se no

estrato intermediário de renda³ e uma parcela considerável – 7,3% no caso da Brasilândia e 10,4% no Jardim Ângela – deixou a faixa de renda considerada baixa ao longo da década de 2000.

Outros dois aspectos são dignos de nota a respeito das mudanças que ocorreram nas regiões pesquisadas, em consonância com o que foi apresentado acima. A primeira delas diz respeito ao nível educacional, em que podemos observar a redução expressiva do número de pessoas que possuíam apenas o ensino fundamental (0 a 7 anos de estudo) em ambos os distritos, na casa de 11% e, conseqüentemente, um aumento no percentual de pessoas que cursaram o ensino médio e o superior.

Essas mudanças são ainda mais expressivas quando observamos as diferenças geracionais, observadas a partir do nosso survey, quando é possível observar que muitos dos atuais moradores das periferias têm conseguido, pela primeira vez na história de suas famílias, atingir níveis educacionais mais elevados e ingressar na universidade.

Finalmente, no que se refere à situação de classe⁴ dos moradores dos bairros estudados, nosso survey também revelou importantes mudanças em termos geracionais. Além do óbvio desaparecimento dos trabalhadores ligados à agricultura, uma vez que essas atividades eram realizadas por pais e mães que não residiam em São Paulo, há uma forte diminuição do percentual de trabalhadores que exercem atividades manuais, seja qualificada ou não. Isso se deve em grande medida à redução da oferta de trabalho industrial, mas também de outras atividades ligadas à construção civil e ao serviço doméstico. Por outro lado, cresce de maneira significativa o percentual de pessoas que atuam em trabalhos não manuais de rotina, seja em escritórios seja no comércio ou no setor de serviços.

Há ainda que se ressaltar uma tendência de aumento do empreendedorismo na região da Brasilândia, com mais pessoas se tornando pequenos proprietários de seus próprios negócios na geração atual, enquanto no Jardim Ângela há uma tendência de relativa estabilidade na quantidade de empreendedores.

³ Neste texto trabalharemos com os cortes definidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, que utiliza critérios relacionados à vulnerabilidade socioeconômica para definir os grupos de renda. De acordo com esse estudo (SAE, 2012), são considerados como renda baixa famílias com rendimentos per capita de até R\$ 395,81; renda intermediária aquelas famílias que obtêm renda per capita entre R\$ 395,81 e R\$ 1.386,03 e renda alta aqueles com rendimentos acima desse montante, em valores atualizados pelo IPCA para julho de 2016.

⁴ Optamos por utilizar a divisão em categorias profissionais desenvolvida pelo padrão EGP, que faz referência aos autores Erickson, Goldthorpe e Portocarrero (1979) e reagrupada em cinco categoriais, seguindo o modelo de outros autores como Ribeiro (2014) e Scalón & Salata (2012).

Finalmente, nota-se que, apesar do aumento da escolaridade já apontado anteriormente, seguem havendo barreiras com relação a entrada de pessoas nas profissões de maior prestígio. Em nenhum dos dois distritos, o percentual de pessoas nas profissões classificadas como “profissionais e administradores” ultrapassou os 2%.

As possibilidades e os limites do projeto de ascensão social

O que se observa, portanto, a partir dos dados apresentados, é uma grande diversidade de possibilidades de inserção econômica contemporaneamente nas periferias de São Paulo. A pesquisa de campo que desenvolvemos nos últimos meses tentou dar conta de uma parcela dessa diversidade, bem como do contexto social no qual ela se desenvolve. Dessa forma, apresentaremos a seguir alguns casos que devem ser lidos partes que compõe uma totalidade mais complexa em termos de inserção econômica e mobilidade social e que são representativos de experiências ligadas a questões como a melhoria do nível de renda, a formalização no emprego, o aumento dos ganhos com empreendimentos próprios e a melhoria no nível educacional. Os limites e as frustrações em torno desse processo serão discutidos no final da seção

A reinserção econômica pós-crise do trabalho ou a ascensão pela renda e pela formalização

O primeiro aspecto relevante do recente processo de mobilidade social está relacionado conquista de um emprego formal e ganhos salariais. É o caso de José, 60 anos, morador do Jardim Ângela. Típico morador que autoconstruiu as periferias de São Paulo, ele nasceu na Bahia e está em São Paulo desde 1973. Foi metalúrgico ao longo da década de 1980 e até meados dos 1990 quando a empresa em que trabalhava fechou e ele foi demitido. Ao longo dos anos seguintes, José teve que se virar fazendo bicos, horas-extras e passando por vários empregos, primeiro como segurança e depois como porteiro. Período em que, segundo sua própria narrativa, teve os piores salários e precisava trabalhar por até 12 horas e aos fins de semana pra conseguir algum ganho adicional e garantir o sustento da família.

Em 2006, ele entrou para a construção civil e conseguiu uma pequena melhora salarial, mas ainda muito modesta perto do que já havia recebido quando trabalhava como operador de máquinas. Como ele mesmo me disse: “de 97 pra cá, eu não sei o que foi ganhar um salário digno.” No período em que foi metalúrgico, José militou no movimento sindical o que contribuiu para que tivesse uma visão mais politizada de sua realidade e valorizasse também a luta coletiva por direitos para além da luta econômica

individual que passa a ser o foco dominante dos discursos a partir da década de 1990. Ele reconhece uma melhora em suas condições econômicas nos últimos anos, mas apressa-se em apontar os seus limites:

Melhorei um pouquinho... Melhorei um pouquinho, na base de roendo uma unha enquanto cresce a outra né.... Deu, que fiz esse barraquinho, dei uma ajeitada no barraco, sabe? Já tá tudo derrubado né, o cotidiano vai destruindo, mas eu não tô mais como era antes. Mas foi debaixo, como dizem, de garra. Ai quando o Lula entrou já deu uma melhorada boa. Ai dei uma levantada, já ajeitei aqui, a casa era pintada só por dentro, eu pintei a casa por fora, já fiz aquele cimentado.... As coisas andou.

[...]

No período do Lula eu consegui fazer alguma coisa. Não consegui fazer muita coisa, sabe? Mas consegui viver bem, comi bem, entendeu, porque... A verdade, eu acho que a verdade será dita: Lula foi um dos presidentes que deu mais possibilidade pro trabalhador, entendeu? (José, Jardim Ângela)

Nos últimos anos, José vinha recebendo salários na casa de 1000 a 1200 reais, a depender do número de horas extras que ele cumpria, conforme os holerites que ele me mostrou. Depois de ter sido demitido do último emprego, por conta da crise econômica atual, ele está tentando se aposentar, mas têm enfrentado dificuldades por questões burocráticas junto ao INSS.

Apesar dessas pequenas melhoras materiais, José é consciente do quão limitados são esses avanços e refuta qualquer possibilidade de se considerar uma pessoas de classe média. Da mesma forma, ele é bastante cético com qualquer possibilidade de ascensão social mais contundente no futuro:

Ah, falta muita coisa [pra eu chega a ser de classe média], não chega não. Não chega não, Leonardo, não chega não, porque, por exemplo, pra mim ser classe média, eu teria que ter um bom salário, eu teria que ter uma boa renda, né? Então, eu tenho certeza que isso aí não vai acontecer nunca. Mesmo que eu acertasse na mega-sena sozinho, não aconteceria nunca, entendeu? Então, eu me tacho, como te disse anteriormente, eu me tacho como um baixa renda, né? É, um baixa renda. Não foi bem essa palavra que eu te falei anteriormente, acho que você tem anotado.... Uma classe média baixa, suponhamos assim né? Porque o baixa renda é aquele que mora numa periferia, que não tem um saneamento básico... Bom, eu acho que seja isso, me corrija se eu tô errado. Mas aqui nós temos saneamento básico, tem uma casa digna, num é aquela “Brastemp”, mas dá pra passar uma chuva né.... Então, quer dizer, não devo nada pra ninguém, tenho moradia própria.... Então, vou te dizer que eu sou um baixa... (José, Jardim Ângela).

Diante de sua dificuldade de se classificar enquanto pertencente a alguma classe social, sugiro a ele a identidade de “classe trabalhadora” ao que ele responde com um pouco mais de segurança:

É... um trabalhador, é isso. Uma classe trabalhadora. É uma classe trabalhadora sofrida né, porque, infelizmente, você não tem uma profissão né? No meu caso, não tenho uma profissão, não tem uma renda mensal de uns 2, 3 salário mínimo. Então, quer dizer, um trabalhador. Um trabalhador aí comum, braçal né? (José, Jardim Ângela).

Curiosamente, José disse em outra passagem de nossa conversa que Lula foi quem mais “deu possibilidade para o trabalhador”, incluindo-se implicitamente nessa categoria, revelando uma autoclassificação bastante comum em sua geração (ver Zaluar 2000, Feltran, 2011, entre outros). Contudo, quando se trata de incluir-se em alguma classe social, sua dificuldade é muito maior.

Em suma, a mobilidade social de José nos anos recentes se deveu principalmente a uma pequena melhora em termos salariais e a uma maior oferta de trabalho que lhe garantiu alguma estabilidade no emprego. Ele trocou de profissão por diversas vezes ao longo da vida, de trabalhador industrial foi ser porteiro, de porteiro foi segurança, de segurança foi trabalhar na construção civil, contudo, em todos os casos, sempre se manteve em ocupações consideradas inferiores em termos de status e de remuneração comparativamente ao período de operário industrial. Os aumentos do salário mínimo, a geração de novos postos de trabalho e o conseqüente aumento da renda média dos trabalhadores foram essenciais para a reinserção econômica de José e de tantos outros trabalhadores das periferias de São Paulo. Por outro lado, a ascensão social de José é ainda bastante frágil na medida em que a crise econômica que teve início no Brasil em 2014 aliada a sua dificuldade em se aposentar por questões pendentes junto ao INSS pode colocar a perder parte das conquistas que sua família obteve nos últimos anos.

Outro caso semelhante de mobilidade social baseada na formalização do emprego e melhoria da renda é o da família de Cilene e Ricardo. O casal vive no Jardim Ângela, tem dois filhos e viu a vida melhorar lentamente nos últimos tempos. Ela, como muitas outras moradoras da periferia, ganhava a vida como diarista, trabalhando “em casa de família”, como costumam se referir ao trabalho doméstico. Como é comum em sua profissão, ela se dividia entre diversos trabalhos diferentes ao longo da semana e sem nenhuma garantia de que teria trabalho no dia seguinte. Viúva do primeiro casamento, ela cuidava de seu filho mais velho sozinha até se casar com Ricardo e ter uma menina, há 6 anos. Nos últimos anos, viu sua renda aumentar um pouco e ganhar alguma estabilidade ao conseguir que uma de suas patroas lhe contratasse com carteira assinada. Ele já trabalhou como auxiliar de estoque, servente de pedreiro, ajudante de gesso, ajudante de eletricitista, mecânico de automóveis, também sempre com grande instabilidade em seus rendimentos, pois seus ganhos dependiam da demanda por seus trabalhos. Atualmente ele também conquistou alguma estabilidade com um emprego como porteiro. O salário dele é de R\$ 1250,00 e o dela R\$ 1300,00. Com o aumento da

renda do casal eles conseguiram construir a casa onde moram no terreno da mãe de Ricardo.

Ricardo compartilha com a esposa a sensação de melhora em suas condições econômicas, mas já se mostra mais frustrado por não conseguir atingir as expectativas de melhora que tinha para a família.

Olha, eu acho que melhorou um pouquinho, mas não muito, cê entendeu? A minha expectativa é que melhorasse mais. Não atingiu, na verdade, eu não atingi a meta que eu queria chegar né? Porque todo ano você coloca uma meta ali né? Infelizmente, a minha ainda não atingi. A minha meta era ter terminado minha casa todinha. Minha casa, como você pode ver, é inacabada, cê entendeu, tem muitas coisas que ficou pra trás... É de telha, então é bastante humilde aqui. Então, eu queria pelo menos ter tido esse ano de ter batido a laje da minha casa, ter feito, construído os quartos pra cima... Isso aí já não consegui fazer né, devido ao salário pouco, baixo... (Ricardo, Jardim Ângela).

A frustração de Ricardo em não conseguir concluir a reforma de sua casa é em grande parte explicada pela crise econômica que fez com que Cilene perdesse o emprego fixo que tinha. Como muitos casos que encontrei nos últimos meses, o agravamento da crise fez com que perdessem o emprego registrado que haviam conquistado, revelando o alto grau de instabilidade da ascensão dessas pessoas que conseguiram alguma mobilidade social baseada apenas na renda e no emprego formal.

O empreendedorismo como via para inserção autônoma

A melhoria econômica não teve lastro apenas na formalização do emprego e nos ganhos salariais. O aumento da renda média da população nas regiões periféricas da cidade possibilitou também que pequenos empreendimento prosperassem. Aqueles que haviam aderido ao empreendedorismo, seja abrindo um pequeno negócio ou atuando como trabalhador autônomo, como forma de garantir ou complementar sua renda tiveram a oportunidade de ver seus comércios crescerem com mais intensidade nos anos recentes à medida que a demanda por seus produtos e serviços foi incrementada.

Maurício, 53 anos, morador do Jardim Ângela é um caso de empreendedorismo que teve sua luta individual por melhorias materiais compensadas nos anos recentes. Ele trabalhou na construção civil logo que chegou à São Paulo e em meados dos anos 1990 decidiu construir sua própria oficina mecânica e auto-elétrica. Apesar de estar há mais de 20 anos no setor foi nos últimos anos que viu seu negócio se expandir. Ele ainda paga aluguel pelo terreno onde está instalado, mas é dono de toda a estrutura física do local que comprou por 80 mil reais e parcelou o pagamento em 48 vezes. Como “o negócio tava bom”, ele conseguiu quitar seu débito na metade do tempo previsto. Além disso, ele

comprou equipamentos novos para sua oficina, como painéis, elevadores e aparelhos para fazer alinhamento e balanceamento que permitiram a expansão do negócio.

O empreendedorismo é destacado por muitos com quem conversei como fonte de independência e autonomia, colocando em si próprio a responsabilidade de sucesso ou fracasso. Assim, Maurício valoriza seu esforço individual como parte fundamental para seu sucesso e faz questão de destacar que trabalha “de domingo a domingo, de 7h às 19:40”. Contudo, sua ascensão também se revela frágil diante da crise econômica, que ele atribui principalmente aos casos de corrupção no governo federal.

Antes desse ano [2015], da Dilma, desse negócio de segundo mandato ai tava bom né? Antes de descobrir essa roubalheira dessa Petrobras aí. Depois dessa roubalheira aí que afundou tudo. Antes tava mil maravilha, todo mundo ganhava uma merrequinha, dava pra comer um filé de frango... Hoje o cara não come nem o pé. Depois que descobriram essa ladroagem aí, cara, acabou... (Maurício, Jardim Ângela).

Até 2014 ele tinha cinco pessoas trabalhando com ele em um regime em que ele fornece os equipamentos e a alimentação dos funcionários e estes dividem com ele os ganhos que obtém referente à mão-de-obra dos serviços que executam. Atualmente, ele está endividado em cerca de 12 mil reais que utilizou em compras para sua oficina. A queda na demanda por serviços, que já fez com que reduzisse de cinco para três o número de pessoas que trabalham com ele, pode comprometer seu negócio no médio prazo, caso a crise econômica perdure.

O aumento da escolaridade e a perspectiva de uma ascensão mais estável

É no aumento da escolaridade, contudo, que alguns autores têm observado a contribuição mais significativa para o recente processo de mobilidade social e redução das desigualdades. Ao longo de nossa pesquisa encontramos diversos exemplos de moradores de ambos os distritos pesquisados que conseguiram uma melhor inserção no mercado de trabalho graças ao aumento de sua escolaridade. Entres os mais jovens, especialmente aqueles que têm menos de 30 anos e que tiveram acesso à educação superior, é bastante comum que sejam os primeiros de suas famílias a terem tal oportunidade.

Trajetória um pouco menos comum, mas bastante significativa das oportunidades educacionais que surgiram nos anos recentes é a de Rita. Moradora no Parque do Lago, um dos bairros mais afastados do Jardim Ângela, ela tem 44 anos, é separada e vive com as três filhas em uma casa construída no andar de cima da casa dos pais.

O início da trajetória de Rita é bastante comum em sua geração na periferia de São Paulo. Filha de um pai operário e de uma mãe dona de casa, ela se casou ainda adolescente, logo engravidou e teve as primeiras filhas. Gêmeas, elas tiveram uma complicação no parto e, por falta de oxigenação no cérebro, ficaram com sequelas. A necessidade de sustentar as filhas fez com que tivesse que trabalhar como empregada doméstica. Em seu tempo, a falta de acesso à educação pública não permitiu que ela continuasse seus estudos, que foram interrompidos quando concluiu o ensino fundamental. Ela teve a segunda filha e com a separação do marido se viu em situação ainda pior, tendo que sustentar as três filhas pequenas praticamente sozinha.

Quase vinte anos depois, em meados dos anos 2000, com as filhas já um pouco mais crescidas, Rita viu a oportunidade de retomar os estudos, primeiramente concluindo o ensino médio, por meio de um programa supletivo para jovens e adultos e posteriormente, com uma oferta de bolsas de estudo oferecidas para pessoas de baixa renda pela ONG Educafro, que segue o mesmo modelo do que depois viria a ser o PROUNI (Programa Universidade para Todos) do governo federal, isto é, oferecimento de bolsas em vagas remanescentes de universidades privadas.

Durante o curso, Rita seguiu trabalhando como empregada doméstica em Moema e lembra da dificuldade que tinha em uma jornada que, em alguns momentos chegou a ser tripla: trabalho durante o dia, estudo à noite e o estágio obrigatório nos finais de semana.

Após concluir seu curso em Serviço Social, Rita começou a procurar outras oportunidades de inserção no mercado e em seis meses conseguiu um trabalho em uma ONG próxima de sua casa para gerenciar um serviço de convivência de idosos. Paralelamente, ela estava estudando para prestar um concurso público e alguns meses depois conseguiu ser aprovada para trabalhar na prefeitura de Taboão da Serra, município da região metropolitana de São Paulo. Atualmente ela é coordenadora de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Taboão, onde já trabalha há 4 anos, e segue com planos de melhorar de vida. Quando conversamos ela estava fazendo uma pós-graduação em políticas públicas e seguia estudando para outros concursos.

Rita teve uma expressiva ascensão econômica, seu salário quando trabalhava como empregada doméstica era de cerca de 900 reais. Atualmente, ele ganha em torno de 3500 reais, além de ter conquistado a estabilidade do serviço público, fato que muito lhe orgulha e que ela atribui a possibilidade de ter cursado o ensino superior.

A ascensão social de Rita é consideravelmente mais estável do que os casos de José, Maurício e da família de Cilene e Ricardo, entre tantos outros que encontramos pelas periferias de São Paulo que tiveram sua mobilidade social baseada unicamente na melhoria do seu nível de renda, ou seja, que conseguiram melhorar sua condição de empregabilidade ou se inserir de maneira mais bem-sucedida no ramo do empreendedorismo. Rita, além de ter mudado sua *situação de classe* em termos ocupacionais ao ter conseguido concluir o ensino superior, garantiu sua estabilidade por meio de um concurso público e conseguiu que suas filhas também ingressassem na universidade. Sua filhas mais velhas se beneficiaram de bolsas de estudos oferecidas por empresas privadas devido à sua deficiência adquirida no nascimento, uma delas concluiu o curso superior em pedagogia e a outra está fazendo um curso técnico no SENAI. Sua filha mais nova, está cursando técnico em nutrição, com uma bolsa do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), mas me disse ter vontade de estudar veterinária quando tivesse uma oportunidade.

A trajetória de Rita, contudo, ainda é uma exceção diante do que temos observado. Na Brasilândia, pude conhecer a história de Jussara, 53 anos, que parece ir na direção contrária em alguns aspectos. Ela conquistou uma mobilidade social em termos de status ocupacional e melhorou sua escolaridade, mas não avançou tanto em termos de rendimentos. Até o início dos anos 2000, Jussara trabalhava como faxineira para uma empresa prestadora de serviço e se recorda das dificuldades que passava no período fazendo bicos para completar sua renda:

Quem trabalha de limpeza em terceirizada, sabe que não é fácil. Tanto é que a gente recebe um vale coxinha, são R\$ 4,50 e até hoje é esse valor... Então é muito sacrificante. Mas você tem que trabalhar, você tem que... Pra ganhar um pouquinho mais, você faz hora extra, vai pra evento, vai pra... Cê tem que se virar. Hoje, graças a Deus, eu to mais sossegada. (Jussara, Brasilândia).

Diante dessa situação, ela buscou um caminho parecido com o que Rita traçou, mas sem o mesmo sucesso. Ela concluiu o ensino médio por meio de um curso supletivo voltado para jovens e adultos e ingressou na faculdade de ciência contábeis, que concluiu em 2014. Com isso, ela pôde trocar de emprego e atualmente trabalha em um escritório de contabilidade como auxiliar contábil. Seu salário, contudo, não teve o crescimento que esperado e atualmente recebe cerca de 1200 reais mensais. Sua casa, como muitas outras que conhecemos, foi construída no terreno dos pais, onde ela mora com o marido e a

filha de 22 anos, mas seu baixo rendimento não permitiu que ela fizesse as reformas que planejava.

Para piorar a situação, seu marido que trabalhava como cobrador de ônibus perdeu o emprego recentemente. Com isso, o casal que já acumulava dívidas, mas tentava se livrar delas por meio de uma renegociação com o banco teve que suspender os pagamentos que vinha fazendo.

Desse modo, Jussara apresenta uma situação aparentemente paradoxal, mas que encontra reflexo na queda dos retornos educacionais que temos observado recentemente no Brasil (ver Souza & Carvalhaes, 2014), fruto principalmente do aumento do acesso ao ensino superior, que deixou a força de trabalho mais homogênea em termos educacionais. Com isso, o prêmio pago em termos salariais para quem possui ensino superior caiu significativamente.

Como pode ser notado a partir dos casos expostos acima, há uma grande diversidade em termos de experiências em torno da mobilidade social recente e da inserção econômica no mercado de trabalho. Observamos casos de melhora na inserção produtiva, com ganhos de alguns direitos como a formalização do emprego e outros benefícios trabalhistas decorrentes disso e ganhos salariais relativos, como nos casos de José e da família de Cilene e Ricardo, favorecidos pela ampliação dos postos de trabalho formal nos anos 2000. Outros casos de trabalhadores que haviam optado pelo empreendedorismo e, graças ao aumento da renda média da população conseguiram um retorno financeiro relativamente maior do que em períodos anteriores. Finalmente, vimos casos de pessoas que se aproveitaram das oportunidades oferecidas pela universalização da educação básica e pela ampliação do ensino superior para buscar uma inserção econômica mais estável e conquistar mudanças em termos ocupacionais.

Desse modo, a década de 2000 parece ter criado as condições para tornar realidade não o projeto de inclusão econômica desejado por trabalhadores como José, que construíram as periferias de São Paulo ao longo das décadas de 1970 e 1980, ou seja, a possibilidade de uma carreira de longo prazo que assegurasse uma inserção produtiva estável e de qualidade (ver Feltran, 2011), mas o projeto de cunho neoliberal da década de 1990, no qual os indivíduos vendem sua força de trabalho em uma série de atividades contingentes e sua inserção passa pelo par empregabilidade/empreendedorismo e depende fundamentalmente do “capital humano” e do esforço de cada um (ver Machado da Silva, 2002). Essa realidade, ao mesmo tempo em que tende a se encaixar nas

pretensões daqueles que já se encontravam no mercado de trabalho e vinham investindo em sua empregabilidade e buscando melhores oportunidades de inserção econômica, também vai gerar uma série de frustrações.

Assim, apesar da heterogeneidade de experiências, um traço é comum em quase todos os relatos que colhemos de nossos informantes, para além da instabilidade é a frustração de suas expectativas em termos de mobilidade social. As formas como essa frustração se apresenta também são bastante diversas, mas a sensação de uma promessa que não foi cumprida ou de uma miragem que nunca será alcançada – a “classe média” – é presente em quase todos os casos. O crescimento do debate na esfera pública e a propaganda oficial do governo federal, sobretudo a partir de 2010, que adotou o discurso de uma “nova classe média” que estaria surgindo no Brasil criou expectativas que não correspondiam à realidade do país.

Além disso, como demonstrou André Salata (2015), a noção de classe média difundida na sociedade brasileira tem como referência o padrão europeu e norte americano de classe média, que foi incorporado pelas camadas médio-superiores urbanas, traduzindo-se em um padrão de vida que apenas as frações mais abastadas da população brasileira poderiam corresponder. Desse modo, ao vender a ideia de que milhões de pessoas estariam sendo alçadas à classe média, a propaganda oficial do governo passava a imagem de que essas pessoas passariam a ter acesso a elementos que nunca estiveram ao alcance das camadas mais pobres das periferias urbanas e que segundo a pesquisa de Salata são essenciais para a identificação de uma pessoa como pertencente à classe média, tais como: “possuir padrão de vida estável”, “casa própria”, “acesso a lazer e diversão”, “renda alta”, “acesso a educação particular”, “possuir negócio próprio”.

Assim, é marcante a resistência da ampla maioria das pessoas em se enquadrarem como “classe média”, em especial aquelas que tiveram uma melhora de renda mais recente e não conseguem ainda perceber seu padrão de vida como estabilizado no novo patamar que se encontram. Os motivos para a negativa e em alguns casos até a repulsa a esse rótulo são variados e vão desde uma descrença na possibilidade de uma ascensão mais consistente, como no caso de José, do Jardim Ângela, até casos que tomam a falta de infraestrutura e serviços públicos em suas regiões para dizerem que não poderiam ser consideradas de classe média. Por fim, é comum observar, especialmente entre os mais jovens, uma negação indentitária da vinculação à classe média, tida até como algo negativo por alguns, como será melhor explorado mais adiante.

A ampliação da heterogeneidade social nas periferias a partir desse processo de mobilidade social trouxe, contudo, uma contradição interna a esse grupo social. Observamos atualmente o surgimento de duas subjetividades possíveis nas periferias: de um lado, o que denominado um *habitus* de classe média e, de outro, o fortalecimento e a valorização da cultura periférica, como elementos que buscam dialogar diretamente com a realidade local, como será descrito a seguir.

Compreendendo a classe para além do mercado: *habitus* de classe média e cultura periférica

É no local de moradia, nas associações reivindicatórias e agremiações recreativas, nas praças, esquina e bares, na rua e na casa, que transcorre esse vasto processo dinâmico de formação cultural [...] E é aí que a heterogeneidade econômica do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares, à troca de experiências dos subalternos, aos múltiplos modos de oferecer resistência à dominação, à construção de uma identidade social mais ampla do que a de classe operária (Zaluar, 2000, p. 50)

Tendo em vista que nos interessa compreender o comportamento prático dos sujeitos e de seu papel desempenhado nos processos de dominação e reprodução social, indo além da mera posição no mercado dos sujeitos, recorreremos, às teses de Pierre Bourdieu. O autor francês traz uma contribuição central para o debate em torno das classes sociais ao definir o “espaço social” como “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas”. Para Bourdieu, os agentes distribuem-se em duas dimensões, a primeira englobando o volume total do capital possuído e a segunda centrada na composição específica de seu capital (Bourdieu, 1989: 133-135).

Ao pensar as classes sociais, portanto, Bourdieu tem como inspiração não apenas o trabalho de Marx, mas também a caracterização de Weber, que diferencia classes e grupos de status ou estamentos. O ganho trazido por Bourdieu está em romper, tanto com a tradição marxista que busca imputar à classe real propriedades extraídas de classes construídas teoricamente, quanto com a divisão típica ideal trazida por Weber entre classe e estamento, com o intuito de trazer de volta a ação coletiva para o plano das classes. Assim, ele busca incorporar à noção de classe a ideia de “estilos de vida”, que seriam diferenciados e hierarquizados na sociedade. Além disso, Bourdieu insere uma terceira dimensão no espaço social essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa: a dimensão temporal, isto é, a “evolução no tempo” da qualidade e da quantidade de capital possuído pelos sujeitos, nomeando essa dimensão de “trajetória” (Bourdieu,

2007). Assim, as mudanças históricas que os sujeitos e suas famílias vivenciaram e não apenas sua inserção estática na sociedade passa a ser fundamental.

Ao trazer a noção de *habitus* e as contribuições de Bourdieu ao debate em torno das classes sociais pretendemos, portanto, ir além da visão objetivista da estratificação social e incorporar a importância das práticas cotidianas na formação das classes sociais, isto é, valorizar as ações coletivas dos sujeitos que compõe as classes sociais. O *habitus* é entendido, então, como o “*princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo *sistema de classificação* de tais práticas” (Bourdieu, 2007, p. 162, *destaques no original*).

Assim, é com base nessa teorização Bourdieusiana que observamos o surgimento de um *habitus* de classe média ou, dito de outra forma, dentro da “luta de classificações” definida por Bourdieu há um grupo social dentro das periferias que busca se distinguir de seus pares que habitam a mesma região e pretendem se aproximar do estilo de vida que as classes médias tradicionais costumam adotar.

Notei o surgimento desse *habitus* ao entrevistar uma rede de moradores de uma região que fica na divisa entre o Jardim Ângela e o Capão Redondo⁵. Apesar de óbvias diferenças entre si em termos de inserção profissional, nível de escolaridade e história de vida, essas pessoas possuíam alguns traços que os destacavam dos demais.

Um primeiro elemento que me chamou atenção foi o fato de que cada uma dessas pessoas, quando pedi que me indicasse um amigo com quem eu pudesse conversar para minha pesquisa, me indicava sempre alguém que estava em uma posição hierarquicamente superior do ponto de vista do status socioeconômico. Foi assim que Márcia, operadora de telemarketing que havia sido demitida do trabalho como assistente administrativo e vende pães-de-mel para complementar a renda, me apresentou Carla, vizinha e colega de trabalho no telemarketing, mas com um capital cultural relativamente maior. Carla, apesar de ter morado na região do Capão Redondo praticamente desde que nasceu, se casou aos 20 anos e foi morar na região do Morumbi, uma das regiões mais nobres de São Paulo, além de ter vivido um período em Curitiba até seu marido falecer, quando viu-se obrigada a voltar para a casa dos pais.

⁵ Apesar de me ater aos casos encontrados na região do Jardim Ângela, pude observar um perfil similar entre moradores da Brasilândia, onde um dos meus informantes afirmou que essas pessoas seriam dotadas de um “espírito da Freguesia” em referência à Freguesia do Ó, bairro de classe média vizinho da Brasilândia.

Carla, por sua vez, me indicou Denis e Miguel, dois amigos que moram juntos e montaram nos fundos de sua casa uma escola de inglês. O fato de falarem inglês e já terem realizado viagens ao exterior dá a eles também um status relativamente superior devido ao maior acúmulo de capital cultural. Por fim, eles me indicaram Fernanda, uma enfermeira, que trabalha no Hospital Albert Einstein, um dos mais conhecidos e elitizados de São Paulo onde tem um salário de cerca de 4 mil reais mensais e comprou seu próprio apartamento recentemente nas proximidades do Morumbi. Ela é dona, portanto, de um capital econômico relativamente mais elevado. Assim, as indicações parecem seguir uma lógica de demonstrar e valorizar seu capital social, apresentando para um interlocutor externo pessoas que possuem atributos que eles valorizam e desejam ter ou conquistar ou que possuem grande valor no mercado de bens simbólicos que fazem parte.

Em termos de práticas cotidianas, um dos traços distintivos desse grupo diz respeito às opções de lazer que praticam ou gostariam de praticar. Márcia está em um momento difícil da vida, estudando e trabalhando, inclusive nos fins de semana, e cuidando do filho sozinha, por isso não tem tido tempo para atividades de lazer ultimamente, mas disse que gosta de praticar corrida com um grupo de amigas, em geral em regiões mais centrais da cidade como o Parque do Ibirapuera, o Pacaembu, a Avenida Paulista, e de ir a shows no Sesc e no próprio Ibirapuera. Márcia afirma querer se mudar de São Paulo – não por acaso ela diz que gostaria de morar em Curitiba, onde a amiga Carla já morou – mas tende a valorizar na cidade a diversidade de opções de lazer, como parques e restaurantes.

De forma semelhante, Carla, também tem dificuldades de encontrar tempo para esse tipo de atividade e também tende a valorizar as opções que também estão situadas em regiões mais centrais da cidade, como exposições de arte, livrarias, museus.

Já Denis e Miguel têm um comportamento mais caseiro, mas disseram que tinham o costume de ir a teatro, shows, exposições para “adquirir conhecimento de tudo aquilo”. Fernanda, por sua vez, gosta de ir a restaurantes e bares com os amigos, em geral na região da Avenida Paulista e Vila Madalena. Assim, esse grupo tende a valorizar um capital cultural típico de uma classe média tradicional, com opções de cultura e lazer oferecidas nas regiões mais centrais da cidade, ao contrário de outros grupos que tendem a valorizar a cultura e as opções de lazer produzidas nas próprias regiões periféricas.

Outra marca distintiva desse grupo é a visão negativa que esses sujeitos têm da periferia, e em alguns casos de seus moradores, principalmente devido à dificuldade de acesso e locomoção pela cidade e do comportamento de seus vizinhos. Como solução, eles tendem a ambicionar morar em uma região mais central da cidade ou, em alguns casos, em outra cidade.

Carla destaca três elementos que são vistos como mais negativos no fato de morar na periferia: a falta de acesso a bens culturais, a dificuldade de locomoção pela cidade e o preconceito que sofre por ser moradora dessa região, que ela mesmo revela ter em alguma medida ao frisar que não é “favelada”, apenas por morar na periferia. Mesmo tendo crescido com pessoas que hoje se envolveram no mundo do crime e não ter uma visão essencialmente negativa dessas atividades, ela afirma que prefere que seu filho, com 15 anos, não conviva com essas pessoas. Ela me contou que busca evitar que seu filho frequente alguns espaços públicos na região, como os CEUs (Centros Educacionais Unificados), porque as pessoas que costumam ir a esses lugares “não falam a mesma língua” que ele. Dessa forma, ela afirma que gostaria de morar em bairros como Higienópolis e Bela Vista, bairros de classe alta e com boa infraestrutura de transportes e acesso aos bens culturais valorizador por ela.

Do mesmo modo, Denis e Miguel já recusaram diversos convites de vizinhos para participar de um churrasco que eles eventualmente promovem na rua onde moram e Miguel se queixa da falta de interesse e emprenho que esses moradores demonstram, o que seria representado pelo ato de ficarem sentados na ruas “sem fazer nada”. Eles têm como referência ideal para morar bairros como Moema, Vila Olímpia, Chácara Santo Antônio e Granja Julieta, regiões de classe alta em que cresceram diversos “enclaves fortificados”, isto é, condomínios luxuosos com um forte aparato de segurança, nas últimas décadas (ver Caldeira, 2000). Cumpre notar que Carla, por valorizar mais atributos ligados ao capital cultural, tem bairros de elite mais tradicionais como modelos ideais enquanto Denis e Miguel, que dão mais importância ao capital econômico, tendem a ver com mais simpatia bairros típicos de uma elite mais recente e com mais recursos econômicos.

Fernanda, por sua vez, conseguiu se aproximar do centro, mas não está satisfeita. Ela diz não ter se acostumado com o fato de, pela primeira vez na vida, morar em um apartamento e reclama da violência devido à proximidade com a favela de Paraisópolis. Agora, ela, o marido e a filha recém-nascida planejam mudar para a Vila Maria, um

bairro mais tradicional de classe média, na Zona Norte da cidade, com o intuito de ficar mais próximos de sua sogra.

Finalmente, no que se refere ao posicionamento político, esse grupo também tem visões mais distantes da maior parte de seus vizinho e mais próximas da região mais central da cidade, tanto em termos de comportamento eleitoral quanto quando emitem opiniões a respeito dos problemas de seus bairros, da cidade ou do país de maneira geral.

Desde a redemocratização do país, os bairros periféricos da cidade de São Paulo foram disputados eleitoralmente pelo petismo, que já governou a cidade de São Paulo com Luiza Erundina (1989-1992), Marta Suplicy (2001-2004) e atualmente com Fernando Haddad (2013-2016) e pelo que podemos denominar *populismo conservador* representado outrora por figuras como Ademar de Barros, Jânio Quadros, Paulo Maluf e, mais recentemente, Gilberto Kassab e Celso Russomano. Assim, ao contrário do que se observa no cenário nacional e estadual, o PSDB governou a cidade apenas com José Serra (2005-2006), que renunciou para disputar as eleições de governador e não possui grande força eleitoral na capital paulista, concentrando seus votos na região mais central da cidade⁶.

Contudo, o grupo formado por Márcia, Carla, Denis, Miguel e Fernanda tende a ter maior simpatia por políticos do PSDB ou simplesmente se interessar menos por política do que a média das pessoas com quem eu tenho conversado nessas regiões. Além disso, quando pergunto dos principais problemas da cidade, da sua região ou do país eles tendem a apontar problemas mais genéricos, como a desigualdade e a corrupção e menos questões concretas de sua realidade, como saúde ou segurança, tendência da maioria dos interlocutores que tenho mantido. Assim, nenhum deles disse ter votado em Dilma, Padilha, ou Haddad, candidatos do PT à presidência, governador e prefeito respectivamente, nas últimas eleições, nem em Russomano, Kassab e Maluf e, com exceção de Carla, nenhum outro demonstrou uma simpatia pretérita pelo PT.

Finalmente, no que se refere a outras formas de engajamento político, verifiquei por meio do survey que apliquei que, entre os moradores dos bairros pesquisados que participaram de alguma ato político nos últimos anos, o mais comum é que tenham se manifestado pela redução das tarifas de ônibus e metrô em junho de 2013 ou por questões específicas ligadas a sua realidade como transporte e moradia ou ainda por

⁶ Sobre comportamento eleitoral em São Paulo ver Oliveira (2013) Medeiros (2013), Liomongi (2008) e Fiore (2016),

questões trabalhistas e sindicais. Os membros desse grupo, no entanto, estão entre as raras exceções que participaram de alguma manifestação recente contra a corrupção ou com pautas mais amplas e genéricas. É o caso de Denis e Fernanda que foram nas manifestações de junho de 2013, mas para protestar contra a corrupção ou por “melhorias no governo”, como definiu Denis ou por “melhorias na área da saúde”, nas palavras de Fernanda.

Dessa maneira, é possível perceber uma série de comportamentos, opiniões, visões de mundo, atitudes, desejos, ambições, estilo de vida, em suma, uma *subjetividade* que marca esse *habitus* de classe média surgido na periferia que busquei descrever acima e que, apesar de não estar exclusivamente associado a ele, é alimentado pelo processo de mobilidade social recente. Essa subjetividade, no entanto, não é a única possível nas figuração da realidade periférica contemporânea, como será explorado a seguir

Paralelamente, a cultura, por meio do hip-hop e suas manifestações principalmente no rap, mas também no grafite e na dança foram fundamentais já na década de 1990 para a valorização dos atributos e da cultura típica dos moradores da periferia e para a criação de uma identidade própria que dialogava fortemente com a realidade concreta desses sujeitos, inclusive com seu relacionamento de proximidade e interação com o mundo do crime (ver D’Andrea, 2013).

Além disso, essa cultura foi essencial para elevar a autoestima de muitos jovens das periferias que se sentiam inferiorizados diante da discriminação social e racial e da repressão que sofriam cotidianamente, além da reiterada falta de sucesso educacional e profissional a que estavam submetidos.

Assim, os artistas ligados ao hip-hop, ao mesclarem produção cultural e engajamento político foram capazes de produzir coletivamente discursos sobre a periferia partindo de interpretações de suas realidades sociais concretas e dos mecanismos de exclusão e criminalização social.

Portanto, ao mesmo tempo em que essa estetização do espaço e cotidiano periféricos resultou em um discurso homogeneizante sobre práticas e problemas sociais que se traduziu na máxima “periferia é periferia em qualquer lugar”, também trouxe à tona “certa visão propositiva segundo a qual ‘ser da periferia’ significa participar de certo ethos que inclui tanto uma capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores (Magnani, 2006, p. 39).

Ao longo dos anos 2000, diversas iniciativas culturais começaram a emergir nessa esteira. Em boa parte dos casos, essas iniciativas fazem referência a elementos da cultura afro e buscam valorizar a questão racial, além de tratarem direta ou indiretamente de

temas da realidade cotidiana dessas pessoas como a violência, o machismo, as dificuldades econômicas e sociais, a opressão policial, a política e, claro, o racismo. Assim, rodas de samba, oficinas de dança, de percussão, de grafite, grupos de poetas, músicos, dançarinos e principalmente saraus de poesia têm se espalhados por diversas regiões da periferia de São Paulo.

De todas essas experiências culturais recentes, os saraus talvez sejam a experiência mais interessante tanto por sua disseminação por vários bairros periféricos devido a sua facilidade de reprodução em praticamente qualquer espaço, quanto por seu caráter democrático que permite que o protagonismo do evento seja dividido entre todos que se apresentam recitando poemas, cantando, tocando ou fazendo qualquer outra intervenção cultural.

A expansão de saraus pela periferia está intimamente ligada ao movimento da chamada *literatura marginal*, surgida no começo dos anos 2000 e encabeçada por escritores como Sergio Vaz e Ferréz e que tem como objetivo político e intelectual, “‘dar voz’ ao seu grupo social de origem, através de relatos dos problemas que os acomete em textos literários; e de conferir nova significação à periferia, por meio da valorização da “cultura” de tal espaço.” (Nascimento, 2010, p. 118).

Cada sarau adota seu próprio formato e faz suas próprias escolhas em relação aos limites impostos à apresentação, mas têm em comum um clima de grande proximidade entre os frequentadores. Trata-se de um espaço essencialmente de criação de laços, de sociabilidade e, claro, de formação cultural e política. É comum no sarau, como em qualquer festa, as pessoas conversarem e até compartilharem a mesa com pessoas desconhecidas, fazerem novas amizades e construírem novas relações.

Os saraus constituem-se, portanto, como espaços centrais de formação política e cultural bem como são locais privilegiados para a criação de vínculos afetivos entre as pessoas e delas com o local onde vivem. Além disso, a poesia muda também a forma como as pessoas enxergam a própria realidade, tornando-os mais críticos, mas também mostrando o lado positivo de viver na periferia, aumentando a autoestima dos moradores. Finalmente, essa criação de vínculos aumenta a importância que as pessoas dão a suas próprias regiões, ampliando sua sensação de pertencimento a uma realidade social.

Em ambos os saraus onde realizamos observações participantes, da Cooperifa nas proximidades do Jardim Ângela e da Brasa na região da Brasilândia, é comum as poesias ressaltarem o pertencimento à periferia, por vezes referida como “da ponte pra cá”, uma

vez que em São Paulo a principal marca entre centro e periferia são os rios Tietê e Pinheiros, que circundam o chamado centro expandido.

Os poetas e poetisas da Cooperifa são chamados de *guerreiros e guerreiras*, o que revela, conforme aponta Gabriel Feltran (2015), que a metáfora da guerra, parece mais interessante para compreender as mobilizações políticas atuais do que a ideia de negociação política que foi sendo desenvolvida nas últimas décadas, uma vez que a relação com o Estado, sobretudo para os jovens, é vista principalmente pela ótica da repressão policial. Contudo, não nos parece que a ideia de democracia e de uma comunidade de cidadão não tenha mais tanto apelo entre esses sujeitos, trata-se, na verdade, de aprofundar e efetivar essa democracia e ressignificar os sentidos da cidadania e a guerra aparece, antes, como tática para esse fim.

Prova disso é a temática, que está presente em diversas poesias recitadas tanto na Cooperifa quanto na Brasa, da valorização da leitura e da educação como mecanismo não apenas de ascensão social individual, mas principalmente como meio para tomada de consciência e mudança da realidade social coletiva, pois “o conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação”, como diz o manifesto do Sarau da Brasa.

Dessa forma, o que inúmeras poesias e músicas recitadas e cantadas nos saraus demonstram é que a construção dessa identidade periférica passa, de um lado, pela oposição à “elite” ou àqueles que não estão “da ponte pra cá”. De outro lado, ocorre a oposição ao Estado, visto principalmente pela ótica da polícia, responsável pela “repressão dos favelados”, como dito na Brasa.

Assim, apesar da permanência da metáfora da guerra, não há em nenhuma das poesias, raps ou músicas que ouvi serem declamadas ou tocadas nos saraus que participei uma exaltação pela destruição do *outro*, seja o Estado, a polícia ou a “elite”. O que há, de fato, é uma estímulo à autoestima dos moradores da periferia para que reajam a eventuais ofensas e tentativas de opressões, mas sempre de forma não violenta.

Dessa forma, os saraus, por meio da literatura marginal e aliado a outras expressões culturais como o hip-hop, se constituem como espaços de construção e afirmação de uma cultura própria dos moradores das periferia e contribuem decisivamente para a construção de uma identidade local. A produção ativa de sua própria cultura, parece tornar o conceito de *habitus* de Bourdieu insuficiente para explicar esse processo. Surge, assim, uma “cultura da periferia”, que Nascimento (2010, p.119) define como um

conjunto de produções simbólicas e materiais que é produzido e reproduzido constantemente, por meio do qual se organizam formas de sociabilidade, modos de sentir e pensar o mundo, valores, identidades, práticas sociais, comportamentos coletivos, etc.; e que caracteriza o estilo de vida dos membros das classes populares que habitam em bairros periféricos.

Esse estilo de vida, visão de mundo, valores ou, em poucas palavras, essa *cultura da periferia* abre uma possibilidade de construção de uma subjetividade alternativa que pode desembocar na formação de sujeitos políticos, como as letras de poesias e manifestos parecem profetizar. Contudo, a sociabilidade, a cultura e o habitus são condições necessárias, mas por si só insuficientes para a formação de sujeitos políticos. Para analisar esse processo é preciso retornamos mais uma vez às relações políticas que têm sido travadas nas periferias, passo que daremos a seguir.

A frustração política e o papel da luta na formação dos novos sujeitos políticos

A teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu apesar de extremamente útil e profícua para compreender determinados fenômenos em torno dos estilos de vida e da prática dos sujeitos, é fundamentalmente uma teoria da reprodução das formas de dominação ou uma teoria da conservação e naturalização do social. Assim, trata-se de uma teoria com um caráter essencialmente estruturalista que deixa pouco ou nenhum espaço para as transformações sociais. Por isso, se queremos compreender o surgimentos de possibilidade de subjetividades alternativas e que eventualmente apontem para mudanças políticas e sociais precisamos incorporar um aparato teórico alternativo que compreenda a dinamicidade dessa realidade social concreta.

Nesse sentido, o historiador inglês E. P. Thompson (1987), ao abordar a formação da classe trabalhadora inglesa, defende que a visão meramente descritiva das classes sociais deve dar lugar a uma perspectiva que a entende enquanto fenômeno histórico, unificando eventos aparentemente desconectados tanto em termos materiais quanto em termos de experiência e consciência. Nesse sentido, as experiências, visões, ambições e, sobretudo, os processos de luta política compartilhados por um grupo social são essenciais para compreender a formação desses atores enquanto sujeitos coletivos capazes de influenciar nos rumos da sociedade.

Do mesmo modo, a referência à Gramsci é de fundamental importância, compreendendo as relações sociais não simplesmente como relações de dominação mas como sendo parte de uma disputa pela construção de uma hegemonia, esta entendida não

apenas como um fato político, mas também um fato cultural, moral e de concepção de mundo (Gruppi, 1978).

Em diálogos que tenho travado com lideranças comunitárias, gestores de serviços oferecidos por ONGs, militantes de movimentos sociais e jovens engajados em movimentos políticos e culturais, além das observações participantes que tenho feito em alguns espaços onde esses sujeitos expressam suas demandas e reivindicações, muitos têm me passado a impressão de esgotamento ou ao menos fadiga do ciclo político baseado na institucionalização dos movimentos sociais que está em curso desde os anos 1990. No caso das ONGs que prestam serviços em convênio com o poder público há cada vez mais uma percepção de que esse serviços são meros paliativos e não uma efetivação de fato de direitos sociais, além de se queixarem da excessiva dependência que isso gera em relação ao poder público. Além disso, há ainda o questionamento em relação à falta de independência política que essa vinculação com partidos políticos ou com o Estado gera para os militantes.

Assim, apesar de todos os que estão engajados em algum tipo de movimento ou organização social sempre buscarem defender suas conquistas em temas de direitos e serviços públicos, há uma sensação disseminada entre militantes históricos das periferias de que a tanto a forma quanto o conteúdo das reivindicações políticas precisa ser repensada e renovada.

No que se refere à política institucional e as opções eleitorais dos moradores das periferias de São Paulo, é possível notar, seja a partir de nossa experiência etnográfica, seja por meio dos dados eleitorais das últimas eleições – que não reproduzirei aqui por falta de espaço – uma insatisfação e indícios de uma ruptura das periferias com o Partido dos Trabalhadores (PT), que vinha progressivamente ganhando espaço entre o eleitorado dessas regiões. Além disso, é cada vez mais notável uma insatisfação generalizada com o sistema político brasileiro e com os partidos atualmente consolidados.

Nesse sentido, dois acontecimentos recentes se mostraram essenciais enquanto processos formativos que podem desembocar novos sujeitos políticos. Trata-se das manifestações de junho de 2013 e das ocupações de escolas públicas em 2015.

Por meio de uma extensa pesquisa nas escolas ocupadas em 2015, que abrange entrevistas, observações e análise de redes sociais, Januário et. el. (2016) revelam que há em comum uma quantidade relevantes de jovens que participaram de ambos os movimentos citados, fato que também pudemos verificar em nossa pesquisa.

Segundo os autores, para os jovens que participaram de ambas as manifestações políticas, assim como para a ampla maioria das pessoas que eu entrevistei em minha pesquisa em ambos os distritos periféricos de São Paulo – ressalva seja feita para aqueles que possuem um *habitus* de classe média e que identificamos anteriormente – os protestos de 2013 eram sempre referidos como sendo “do MPL”, “do passe livre” ou “dos vinte centavos”, ou seja, na memória dessas pessoas, junho de 2013 foi essencialmente uma manifestação focada na questão da tarifa e a difusão posterior de pautas foi ignorada, esquecida, ou colocada na irrelevância por esses sujeitos.

Além disso, os autores citados afirmam que esses acontecimentos revelam a “emergência de uma espécie de ampla disposição de luta”. A hipótese defendida aqui é que essa “disposição de luta” é essencial para explicar mudanças recentes na mobilização política dos jovens da periferia. No nosso entendimento, as manifestações de junho de 2013 foram fundamentais para despertar ou ao menos tornar pública essa disposição assim como foram um importante processo pedagógico para os jovens que nunca tinham se envolvido com movimentos sociais anteriormente.

Nossa hipótese, portanto, é que essa “disposição de luta”, que parece estar cada vez mais presente entre os jovens moradores da periferia de São Paulo, é fruto da frustração econômica e, principalmente da fadiga das formas de fazer política até então estabelecidas e dialoga diretamente com a *cultura da periferia* que buscamos descrever acima.

Como dito anteriormente, há uma forte sensação de frustração entre os militantes mais antigos de movimentos sócias com o padrão de relacionamento entre Estado e sociedade civil, seja por meio dos convênios para prestação de serviços públicos, seja com os canais tradicionais de participação popular, como audiências públicas, conselhos e conferências que, na visão de muitos, teriam perdido relevância nos últimos anos.

Assim, no nosso entendimento, as manifestações de junho de 2013 foram, em grande medida, um momento de extravasar essas frustrações e acabaram mostrando para esses jovens da periferia a possibilidade de recorrer a outros repertórios de ação, alternativos à via negocial dos canais de participação ou à via da cogestão das políticas por meio dos convênios, ou ainda, à via meramente eleitoral. Esse novo modo de ação coletiva se baseia em uma espécie de retorno modernizado à lógica das grandes mobilizações, que foram bastante utilizadas até o início dos anos 1990 e que se aproveitam das tecnologias de comunicação como ferramenta de mobilização, denúncia e

disseminação de informações. Paralelamente, são adotadas outras táticas como as ocupações, o enfrentamento com a polícia e a descentralização das ações.

Além disso, há um elemento que foi central tanto em 2013 como em 2015 e que dialoga diretamente com a realidade desses jovens: a violência policial. As manifestações de junho de 2013 tiveram como motivador inicial, em São Paulo, o aumento das tarifas de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. No entanto, após tentativas de criminalização dos movimentos sociais, com discursos de diversas autoridades públicas e a publicação de editoriais nos principais jornais do estado que acusavam manifestantes de agressões a policiais e depredação do patrimônio público houve uma forte repressão da manifestação do dia 13 de junho. Nos dias seguintes, os protestos se intensificam e passaram a contar com um público cada vez maior e com pautas cada vez mais diversas.

Dessa maneira, as manifestações de 2013 encontram grande reverberação na juventude da periferia, onde estava em curso, há anos, uma política de criminalização das atitudes, comportamentos e dos estilos de vida desses jovens (ver Feltran, 2011). Essa prática de criminalização das periferias, que encontra forte respaldo no debate público, tirou dos moradores das periferias a perspectiva de reconhecimento como cidadãos plenos, portadores do “direito a ter direitos” (Arendt, 1989). Muitos inclusive, associam a repressão policial de que foram vítimas em algum ato à ausência de direitos civis e políticos em uma conexão direta com o período da ditadura militar.

Dessa maneira, a violência policial contra manifestantes é vista como um paralelo com a violência policial cotidiana que esses jovens sofrem, o que contribui de forma central para a politização da realidade cotidiana desses jovens. A negação do direito de protestar encontra eco na negação dos direitos civis que esses jovens enfrentam cotidianamente e o agente dessa negação é o mesmo: as forças policiais do Estado. Assim, enfrentar a polícia em uma manifestação é uma espécie de vingança ou, no mínimo, uma forma de tornar público os abusos que esses jovens e seus amigos – especialmente os negros, como eles sempre ressaltam – sofrem cotidianamente em suas “quebradas”. Diversos jovens que participaram de atos públicos nos quais houve algum enfrentamento com a polícia me relataram orgulhosos suas experiências como se fosse uma grande conquista, uma batalha coletiva por seus direitos, uma superação de uma condição de subcidadania que a dinâmica policial repressora lhes imprime cotidianamente.

Compreende-se, assim, porque a metáfora da guerra se adequa melhor às mobilizações políticas atuais e é usada, por exemplo, por poetas que se apresentam nos saraus. Uma vez que a relação desses jovens com o Estado é dada pela lógica da repressão e da criminalização de seu estilo de vida, o que significa, em última instância a negação de seus direitos de cidadania, a negociação não parece uma alternativa razoável na perspectiva desses sujeitos. Contudo, cumpre ressaltar novamente que a democracia e a defesa da ampliação de direitos não parece ter perdido relevância. A ideia de reivindicação de direitos é cada vez mais frequente no vocabulário desses jovens desde 2013, a tática para avançarem nesses objetivos, no entanto, tende a se adaptar à realidade concreta na qual o Estado tem dado menos espaço à via negocial.

Assim, apesar de reconhecerem a importância de elementos da democracia representativa e da participação popular, na perspectiva desses sujeitos, o confronto aberto com o Estado tem se mostrado como alternativa mais efetiva para lidar com o processo de negação de direitos a que eles tem sido submetidos.

Finalmente, mas não menos importante, é necessário destacar outro ponto de relevo para os jovens que estão engajados nessas novas mobilizações sociais que é a importância de obterem o reconhecimento enquanto cidadãos em seus próprios territórios, isto é, nas periferias. Esse discurso dialoga diretamente com o orgulho de morar na periferia que tem se desenvolvido com cada vez mais força a partir da consolidação da cultura da periferia, descrita acima.

Essa posição é visível entre os alunos da Escola Estadual Egídio Damy, a única escola ocupada da Brasilândia, com quem conversei durante o processo de ocupação. Eles se queixavam de que a grande maioria dos atos e manifestações políticas ocorrem sempre na região central da cidade. Eduarda, aluna do 3º ano do ensino médio, dizia com bastante contundência: “Tudo [acontece] no Centro, sabe, tudo, tudo, porque só lá vai ser visto. Beleza, mas eu quero ser visto aqui, vou ficar aqui!”

A frase “mas eu quero ser visto aqui” não poderia ser mais significativa. Para ela, sua cidadania só será plenamente reconhecida – cidadania essa representada pela lógica do “ser visto” e, portanto, ser reconhecido como alguém que merece ter suas demandas ouvidas – quando ela for vista em sua própria condição de morador da periferia e na periferia. *Ser visto* sem precisar se deslocar para o centro da cidade é, portanto, parte essencial do processo de reconhecimento enquanto cidadão plenos pelo qual lutam esses jovens uma vez que o orgulho de ser da periferia é central em sua identidade.

Dessa forma, a hipótese defendida aqui é que as manifestações de junho de 2013 e as ocupações de 2015 são alimentadas por essa subjetividade que se forma nas periferias nos últimos anos em oposição tanto ao Estado remediador que oferece pequenos avanços, mas nunca direitos plenos, quanto ao Estado violento e repressor, representado pelas forças policiais e é, em grande medida, uma resposta às frustrações políticas e econômicas que a mobilidade social recente gerou no Brasil.

Esses jovens da periferia, muitos deles ingressando, pela primeira vez na história de suas famílias, no ensino superior e que, por isso, reconhecem os avanços econômicos que viveram nos últimos anos, têm buscado expressar na música, na poesia e na cultura de maneira geral algo que essas manifestações recentes oferecem em termos políticos: o reconhecimento de sua condição de cidadãos plenos, isto é, do “direito a ter direitos”. A possibilidade de uma subjetividade periférica que se desenvolveu nos últimos e que buscamos descrever acima procurou valorizar as origens históricas e os elementos mais estigmatizados desse jovens, ou seja, o fato de serem negros, mulheres, de famílias pobres e da periferia. As afinidades eletivas dessa subjetividade com as formas de luta política e as reivindicações em construção atualmente podem estar na raiz do surgimento de novos sujeitos políticos.

Essas afinidade eletivas estão, entre outros, na autonomia em relação aos partidos políticos e na horizontalidade das organizações políticas. Assim como ocorre nos saraus de poesia, após as manifestações mais recentes cada um é protagonista da sua própria história dentro dos atos políticos, do seu embate com a polícia, da sua pauta e não algum terceiro que pode tentar se beneficiar politicamente disso.

Da mesma forma, no que se refere ao conteúdo das mobilizações recentes também é possível encontrarmos algumas afinidades com a subjetividade que se forma nas periferias. Alguns militantes mais antigos que têm observado esses novos movimentos parecem acreditar que o novo foco das reivindicações políticas estaria na qualidade dos serviços públicos e não mais na simples demanda pela oferta desses serviços, antes inexistentes. Sem discordar dessa visão, tendo a crer que quantidade e qualidade nesse caso estão em uma relação dialética e dialogam fundamentalmente com a conquista de novos direitos e com a consolidação de antigos. Por meio de pautas concretas, os movimentos políticos recentes têm sido capazes de expressar demandas mais amplas. Assim, a redução dos 20 centavos nas tarifas de transporte público tinha como pano de fundo a melhoria da qualidade da mobilidade urbana, mas apontava

fundamentalmente para a consolidação transporte público como um direito social fundamental. Similarmente, a oposição à reorganização escolar estava diretamente relacionada à reivindicação de uma educação pública de qualidade, mas também contra pequenas repressões e autoritarismos vividos cotidianamente em sala de aula. Mais do que isso, essas lutas tinham um aspecto fundamental de reivindicarem o direito desses sujeitos a serem ouvidos em questões que lhes afetavam diretamente e, assim, dialogavam com o desejo desses jovens das periferias de serem reconhecidos como cidadão plenos.

Considerações finais: De volta às classes populares?

Partindo do que foi tratado até aqui, retomaremos o debate a respeito do surgimento de uma “nova classe”, média para alguns, trabalhadora, para outros, a partir do processo recente de mobilidade social observado no Brasil. Diversos autores têm contestado, por meio de estudos quantitativos (ver Pochmann 2012 e 2013; Carvalhaes et. al., 2014; Scalon e Salata, 2013; Salata, 2015; Ribeiro, 2014) e qualitativos (ver Souza, 2012 e 2013 e Braga, 2013), a tese do surgimento de uma “nova classe média”, seja por critérios de renda, ocupações, identidade de classe ou mesmo de estilos de vida.

Procuramos descrever, contudo, o surgimento do que chamamos de um *habitus de classe média* entre moradores da periferia que conquistaram algum nível de ascensão social. Esses indivíduos buscam aproximar seus estilos de vida daquele adotado por moradores das regiões centrais da cidade e com um capital econômico e cultural relativamente mais alto em aspectos como local de moradia, nível de renda e opções de cultura e lazer. Dizer, contudo, que se trata de uma “nova classe média” parece-nos equivocado tanto pelo caráter ainda limitado de pessoas que agem de acordo com esse *habitus* quanto pela ausência de novidade nesse movimento, uma vez que se trata de uma ação que o próprio Bourdieu preconiza dentro do que ele chama de dialética entre a distinção e a pretensão. Além disso, quando fala de um “nova classe média”, Neri se refere apenas a critérios de renda não dando atenção às práticas sócias dos sujeitos, como procuramos fazer neste texto.

Por outro lado, falar em uma “nova classe trabalhadora” também parece equivocado. Primeiramente, porque há uma grande dificuldade de colocar essa gama de indivíduos dentro de uma mesma classe social, por qualquer critério que adotarmos. Como procuramos demonstrar, o processo recente de mobilidade social ampliou ainda

mais a já grande heterogeneidade interna às periferias, tanto em termos de inserção produtiva quanto no que se refere a suas identidades, hábitos, visões de mundo e, principalmente, de seu nível de renda. Assim, sequer podemos dizer que essas pessoas vivem situações homólogas como batatas em um saco de batatas, para ficarmos com a metáfora de Marx (1974) a respeito do campesinato francês do século XIX.

Entretanto, o maior equívoco dessa denominação nos parece estar no adjetivo “nova” para se referir a esses sujeitos. As novidades apresentadas por eles estão focadas sobretudo na questão da formalização profissional de alguns, no aumento relativo dos salários e na ampliação da escolaridade média. Conquistas que ainda se demonstram frágeis diante dos impactos da crise econômica atual. Se é verdade que em alguns casos ocorreram mudanças em termos de posição no mercado, essas não foram significativas a ponto de alterar seu papel relativo dentro da estrutura social, ou seja, essas pessoas seguem ocupando posições mais baixas e de relativo menor prestígio na estrutura produtiva do país.

Assim, argumentamos que é preciso considerar dois elementos fundamentais na formação das classes sociais que têm recebido pouca atenção na literatura recente: a trajetória e os processos de luta política. Ao analisarmos as trajetórias sociais dos sujeitos analisados pudemos observar que eles próprios, seus pais e, em alguns casos, seus avós, já faziam parte do que convencionou-se chamar na sociologia de classes trabalhadoras e fazem parte do processo de autoconstrução das periferias de São Paulo há décadas. José, era operário industrial, foi porteiro e segurança até se firmar como trabalhador da construção civil, Cilene e Ricardo melhoraram de vida, pois deixaram a informalidade e obtiveram pequenos ganhos salariais, mas não mudaram sequer sua situação de classe. Maurício já era um pequeno empresário desde os anos 1990, a grande diferença é que nos anos 2000 viu sua renda crescer em meio ao crescimento econômico do país. Jussara, apesar de melhorar seus status profissional e de seu nível de escolaridade, segue com dificuldades econômicas. Rita é a única grande exceção, filha de um operário industrial, ela era empregada doméstica, mas graças ao aumento de sua escolaridade conseguiu virar funcionária pública. Ainda assim, sua ascensão também é recheada de limites e frustrações, como a impossibilidade de se mudar do “puxadinho” que construiu em cima da casa da mãe ou o fato de seu bairro seguir tendo pouca infraestrutura urbana. Fica, portanto, a questão: o que há de “novo” nessa classe trabalhadora?

A formação de uma classe perpassa processos culturais e de luta política que só são inteligíveis no nível de sociabilidade primária e de luta por direitos. Dessa forma, propomos tratar esses sujeitos que lograram alguma mobilidade social nos anos recentes como parte integrante das classes populares, o que indica um problema teórico não resolvido, mas, mais do que isso, aponta para a centralidade do esforço de rigor do analista deslocar-se “do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento.” (Sader e Paoli, 1986: 59).

Complementarmente, diante da centralidade da cidade como locus de atuação econômica política e social e, do papel da *cultura da periferia* e de suas lutas históricas na formação das subjetividades desses moradores da periferia de São Paulo, propomos designar esses sujeitos como parte das *classes populares periféricas*.

O histórico de lutas políticas e mobilizações sociais das classes populares na periferia de São Paulo encontra, assim, afinidades eletivas com a subjetividade periférica que emerge nos últimos anos a partir de articulações das frustrações políticas e econômicas no mundo da cultura e nas lutas recentes podendo, portanto, dar origem a novos sujeitos políticos.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. [trad.] Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo; Porto Alegre : Edusp; Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: O poder simbólico. Lisboa, Rio de Janeiro : DIFEL, Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, Ruy. “Sob a Sombra Do Precariado.” In Cidades Rebeldes: Passe Livre E as Manifestações Que Tomaram as Ruas Do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Translated by Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.
- CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; SOUZA, Pedro Herculano G. F. de e RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. Rev. bras. Ci. Soc. vol.29, n.85. 2014.
- D’ANDREA, Tiraju. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 2013. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, Gabriel. A disputa política nas periferias. Pública. Entrevista para Marina Amaral. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/07/a-disputa-politica-nas-periferias/>>. Acesso em: 22 jul. 2016. 2015.

FIORE, Danilo César. Bases Sociais e Interiorização: O Predomínio Eleitoral do PSDB Paulista (1994-2014). 2016. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONTES, Leonardo. Permanências e mudanças na segregação residencial de São Paulo na década de 2000. (XXX Congresso Latinoamericano de Sociología, ALAS Costa Rica 2015). 2015.

GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. [trad.] Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, n. 9, 2016.

LIMONGI, Fernando; MESQUITA, Lara. Estratégia Partidária e Preferência dos Eleitores: As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. Novos Estudos Cebrap, v. 81, jul. 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, v. n. 37, jul. 2002.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Os Pensadores. São Paulo : Abril Cultural, 1974.

MEDEIROS, Diogo. Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012). 2013. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Érica. É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NERI, Marcelo. A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.

OLIVEIRA, Camila Rocha de. Encontros e desencontros entre petismo e lulismo: classe, ideologia e voto na periferia de São Paulo. 2013. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POCHMANN, Márcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Marcio. O Mito Da Grande Classe Média: Capitalismo e Estrutura Social. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa . Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. Dados (Rio de Janeiro. Impreso), v. 54, p. 41-88, 2011.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa . Estrutura de Classes e Mobilidade Social no Brasil Contemporâneo. Sociologias (UFRGS. Impreso), v. 37, p. 54-70, 2014.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia. Sobre “Classe Populares” no pensamento sociológico brasileiro. A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa. 4a edição ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. “Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média”. Vozes da Classe Média. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. Dados, Rio de Janeiro , v. 58, n. 1, p. 111-149, Mar. 2015.

SOUZA, Jesse. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Pedro Herculano; CARVALHAES, Flavio. Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011). Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 57, n. 1, 2014.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado Da Pobreza. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.